



DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

PATRÍCIA MAURÍCIO DE SOUZA

**LEITURA NA SALA DE AULA:
DA TEORIA À PRÁTICA**

GUARABIRA – PB
2012

PATRÍCIA MAURÍCIO DE SOUZA

**LEITURA NA SALA DE AULA:
DA TEORIA À PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Neres A. Silva.

GUARABIRA - PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S719I

Souza, Patrícia Maurício de

Leitura na sala de aula: da teoria à prática / Patrícia
Maurício de Souza. – Guarabira: UEPB, 2012.

22f.:il.; Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Letras) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Rosângela Neres A. Silva”.

1. Leitura - Teoria 2. Leitura - Prática
3. Sala de aula I. Título.

22.ed. CDD 372.6

LEITURA NA SALA DE AULA: DA TEORIA À PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Aprovado em 20 de junho de 2012.

Rosângela Neres A. Silva
Prof. Dra. Rosângela Neres A. Silva - UEPB
Orientadora

João Paulo Fernandes
Prof. Ms. João Paulo Fernandes - UEPB
Examinadora

Luana Francisleyde Pessoa de Farias

Prof. Ms. Luana Francisleyde Pessoa de Farias - UEPB
Examinadora

LEITURA NA SALA DE AULA: DA TEORIA À PRÁTICA

SOUZA, Patrícia Maurício de¹

RESUMO

No presente artigo, buscamos analisar alguns assuntos pertinentes a respeito da leitura como forma de interação e aquisição intelectuais e linguísticas. Nesse trabalho, pretendemos analisar algumas reflexões acerca da leitura no âmbito escolar e de como essa ocorre nas atividades comunicativas institucionalizadas, partindo das teorias que priorizam o estudo da língua em sua funcionalidade e reflexão na obtenção de um melhor aproveitamento das aulas de leitura. Para fins teóricos fundamentamo-nos em: Antunes (2003) Lajolo (1993), Pimenta (2011), Bagno (2007), Buzen e Mendonça (2006), Dionísio e Machado (2002), entre outros que discorrem sobre o tema e dos documentos oficiais de língua portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000 e 2008). Tais implicações foram analisadas por meio de dados coletados das observações e regências das aulas de língua portuguesa em escolas públicas de Guarabira- PB, os quais fazem parte do componente curricular Estágio Supervisionado, do curso de Letras da UEPB. Nessa perspectiva, buscamos evidenciar que a leitura ainda apresenta alguns entraves que dificultam no desempenho linguístico e comunicativo dos estudantes.

Palavras-chave: Leitura. Prática. Reflexão.

1 INTRODUÇÃO

O processo de aquisição da leitura é motivo de debates e questionamentos de inúmeros estudiosos da área de educação, levantando assim, diversas reflexões acerca do tema e da função que a leitura desempenha nos estudantes.

Nessa perspectiva, os educadores devem procurar alternativas e inovações que aperfeiçoem a sua prática docente com propostas atraentes e motivadoras no incentivo à leitura como destaque no processo de aprendizagem, levando os educandos à compreensão da leitura como suporte para evoluir na vida e na sociedade.

Nesse ponto de vista, as inovações pertinentes à leitura priorizam o estudo do português voltado a uma perspectiva funcional e comunicativa e, para isso, é preciso que o trabalho com a gramática ocorra em uma vertente enunciativo-discursiva, na qual a leitura se

¹ Formanda em Letras no período 2012.1, sob orientação da Profa. Dra. Rosângela Neres A. Silva. Contato: patriciams2009@gmail.com

integra no desenvolvimento dessas capacidades que envolvem situações linguísticas e discursivas.

A problemática da leitura se apresenta em todas as etapas de educação, entretanto, esse trabalho se ateve a identificar e a questionar as práticas de leitura nos ensinos fundamental e médio usando para essa análise os dados coletados do contexto escolar vivido no estágio supervisionado, analisando e refletindo sobre as concepções que envolvem essa prática tendo como aporte teórico os autores que tratam dessa questão tais como: Antunes (2003), Martins (2003), Pimenta (2011), entre outros.

Para tal, a disciplina Estágio supervisionado foi usada para levantamento de algumas questões por ter como foco a observação, intervenção e a análise sobre a realidade do ensino-aprendizagem nas escolas públicas exteriorizando para além dos limites da universidade a oportunidade dos acadêmicos terem uma aproximação do contexto escolar, colaborando na consolidação de seus conhecimentos e analisando assim, os entraves que ocorrem na prática cotidiana para que dessa forma proponha melhorias para sua própria prática. As implicações que envolveram o estágio foram analisadas por meio de dados coletados das observações e das intervenções nas aulas de língua portuguesa que serviram como base para a nossa pesquisa com relação aos aspectos metodológicos, linguísticos e interativo que dificultavam as atividades de leitura como também para as análises no qual iremos discorrer.

A realização desse trabalho sugere uma reflexão acerca dos fatores que impedem um melhor aproveitamento das aulas de leitura e, conseqüentemente, das aulas de gramáticas que deve acontecer com o uso do texto como unidade básica do ensino do português. Fatores esses que nos levam a contestar o motivo pelos quais os alunos não atingem o propósito na relação contextual desenvolvida por essa prática, e as falhas que abarcam a metodologia utilizada através do estudo fragmentado da gramática e assim tecer uma discussão em torno das teorias apresentadas no que tange os métodos utilizados com textos na sala de aula.

Sendo assim, o propósito desse trabalho é analisar, questionar e refletir sobre as aulas que envolviam as práticas de leitura e de como ocorria o processo de ensino aprendizagem a partir das aulas de língua portuguesa e se essa incidia de forma satisfatória para o desenvolvimento das capacidades comunicativas dos educandos, como também ressaltar as teorias que tratam desse assunto e de como essas defendem os pressupostos relativos à leitura no que envolve a linguagem e suas respectivas variedades linguísticas.

Logo, o artigo segue organizado da seguinte forma: inicialmente, iremos discorrer sobre as questões relativas à leitura; em um segundo momento, trataremos mais especificamente das reflexões, críticas e argumentos acerca das atividades de leitura

juntamente com uma conciliação teórica e finalizando, teceremos as considerações sobre os resultados apresentados e as nossas perspectivas finais com relação ao resultado da pesquisa e das investigações apresentadas, sucedidas pelas referências.

2 UM MOMENTO DE DISCUSSÃO SOBRE A LEITURA

A leitura é o instrumento mais eficaz para o acesso ao conhecimento linguístico e ao desenvolvimento intelectual do indivíduo. É também através da leitura que o ser humano desenvolve seu senso crítico e torna-se usuário eficiente e apto a participar de qualquer esfera comunicativa na sociedade.

A leitura é um dos objetos de estudo mais discutidos e estudados nos últimos tempos e seu conceito geralmente reduz-se ao âmbito tradicional da decodificação da escrita, do saber se expressar, do domínio da gramática etc. Essa tradição aponta ainda que a leitura também está relacionada ao enriquecimento cultural, ao acesso social àqueles que possuem o poder e ascensão social e econômica. Esses valores atribuídos à leitura já existiam até entre os gregos e os romanos que atribuíam à leitura e a escrita o significado do desenvolvimento espiritual, intelectual e habilidades cognitivas que levariam o sujeito a integrar-se a elite social.

A complexidade da leitura abrange muito mais do que a simples adequação ao sistema social ou a fins práticos de alfabetização, envolve atitude e autonomia enquanto sujeito ativo no processo de construção do sentido da leitura na sua vida e na sociedade; no entanto, continua perpetuando a prática formalista de apenas transcrever o que está explícito no texto como uma atividade de captação das intenções do autor no que ele quer transmitir, e cabe ao leitor apenas captar essas finalidades de forma superficial sem ampliar o debate e a troca de ideias. Portanto, a leitura deve apontar ações que envolvam valores, atitudes e crenças, e que realmente o aluno se identifique com as informações presentes no texto.

Maria Helena Martins, no que diz respeito à leitura, conceitua como: “um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem” (2003, p. 30). Portanto, a leitura não se dá apenas através dos livros, mas também por meio da leitura diversificada em várias situações, como através dos gestos, das mídias, dos símbolos e principalmente da interação do indivíduo com o meio social. Deste modo, a leitura é um processo interativo que envolve o conhecimento de mundo e o universo social, que através desses conhecimentos o leitor pode fazer as deduções necessárias para atingir a compreensão do texto e do contexto. Sendo assim, qualquer pessoa mesmo que não tenha o hábito de ler pode tornar-se um leitor ativo e crítico com capacidade compreensiva bastante

aguçada, desde que estabeleça uma relação entre a leitura e suas experiências de vida. Assim, a leitura acontecerá de forma concreta, estabelecendo significado com a realidade do leitor que deixará de ser apenas o objeto da leitura para se tornar o sujeito ativo na construção do sentido.

Apesar das inúmeras críticas ao nosso sistema, as mudanças não foram muita. Por mais que se enfatize a relevância quanto ao uso da leitura como estratégia de persuadir o leitor ao senso crítico e ativo, os educadores ainda insistem em uma prática mecanicista, atribuindo-se métodos convencionais muito distantes das funções expressivas e comunicativas que a leitura oferece. Diante disso, a leitura torna-se sem sentido como nos mostra a autora:

Prevalece a pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender sem se colocar o porquê, como e para quê, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e na sociedade (MARTINS, 2003. p, 23)

Portanto, a autora confirma a prática evasiva e a importância do contexto na efetivação de leitores ativos.

É comum entre os docentes o comentário de que os alunos não gostam de ler, falam em crise da leitura; mas, afinal, será mesmo que os alunos não leem ou não leem o que os professores ditam? E os seus métodos? Será que instigam o senso crítico e linguístico dos discentes? De certo modo, os professores devem rever suas estratégias e aperfeiçoar suas habilidades em sala de aula, no intuito de que essas despertem nos alunos o gosto pela leitura, ou seja, uma prática com o mínimo possível de compromisso e que desperte realmente o gosto de ler. Ao invés disso, continua perpetuando a leitura por obrigação com métodos mecanicistas de análises superficiais de compreensão sem sentido ou de perguntas e respostas prontas e aplicação de exercícios de identificação de palavras e frases com estrutura classificatória resumidas a discussões com fins pedagógicos.

Essas considerações nos levam a pensar sobre a leitura em via de regra submetida ao uso do livro didático como principal fonte de contato com o “mundo letrado”. Todavia, sempre foi matéria de muita polêmica devido aos seus conteúdos de fins ideológicos e pragmáticos que encarecem a noção de interpretação do leitor, prevalecendo à análise de princípios conservadores e elitistas. Contudo, este passou a sofrer várias críticas ao longo da história, principalmente no que diz respeito ao modelo conservador de valores e comportamentos que levaram a uma maior preocupação com a qualidade deste como na política do livro didático que repercute sobre a discussão quanto ao ensino da leitura e da escrita.

Não obstante, o uso do livro didático ainda aparece na maioria dos casos como única fonte de leitura para muitos alunos, bem como principal subsídio para a prática docente. Porém, o professor não pode ficar restrito aos livros como única fonte de leitura, cuja composição geralmente se baseia em exercícios de perguntas objetivas, resumos, anotações e atividades em que estes não estão familiarizados e que não condiz com a sua proposta pedagógica. Quanto a isso, Lajolo reforça: “não há lei nem supervisão que obrigue um professor a usar material com o qual não esteja à vontade, e sobre cuja adoção não tenha sido consultado: é a tal voz do bom senso...” (2008, p. 64).

Portanto, o professor não deve sentir-se encurralado ao uso de um livro que não esteja condescendente com suas finalidades pedagógicas e com o tipo de proposta que ele quer oferecer aos seus alunos.

Sendo o ser humano um ser social que interage no seu cotidiano com vários textos e situações do mundo letrado, é terminantemente necessário que as propostas do material didático apontem para um trabalho baseado em diferentes tipos textuais, definidos por sua função, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades leitoras e interpretativas do indivíduo, só assim será possível tornar atrativo o universo da leitura nas escolas.

Nessa perspectiva, a leitura também pode torna-se objeto de prazer, já que quando o leitor está interessado em uma determinada informação, por exemplo, uma notícia de jornal, ou um poema para dedicar a alguém, certamente a leitura se tornará prazerosa. Atividades relacionadas a tarefas mecânicas de encontrar o sinônimo ou leitura em voz alta para avaliar a dicção são, no mínimo, constrangedoras e frustrantes para o sujeito que está em formação leitora. A princípio seria conveniente fazer com que o aluno adquira primeiramente o gosto pela leitura, proporcionando atividades que chamem a sua atenção, que instiguem sua curiosidade, sem cobranças, nem atividades de cunho avaliativo e assim, ele irá descobrir de forma particular o prazer em outros tipos de leitura.

Criar situações de leitura não é aquela que alfabetiza mecanicamente e sim aquela que propicia condições dialógicas entre o leitor, o texto e o contexto e assim, a leitura será vista como libertadora e acessível a todos conforme suas necessidades e interesses sem ser permanentemente voltada a um grupo restrito considerado como o único letrado e possuidor do saber. Logo, a leitura proporciona meios que encaminham as pessoas a refletir e a aperfeiçoar sua capacidade de racionalizar sobre tudo a sua volta, isso nos leva a crer que independente da condição social do indivíduo, qualquer pessoa é capaz de construir seu conhecimento pessoal.

Enfim, a leitura é uma atividade essencial ao ser humano, tanto no que tange as áreas de conhecimento, como à sua própria vida, por isso, faz-se necessário que o indivíduo compreenda a grandiosidade e a utilidade da leitura através de estratégias motivadoras que certamente possibilitarão que ele enverede por um caminho de muitas descobertas.

A seguir, apontaremos os níveis de leitura que predispõe as intenções do leitor quanto ao ato de ler e de como cada nível posiciona o leitor como sujeito apreciador ou participante na construção do sentido do texto.

2.1 OS NÍVEIS DE LEITURA

A leitura concebe um processo bastante amplo de compreensão, abarcando aspectos tais como: sensoriais, emocionais, racionais, intelectuais etc.

O texto é, antes de qualquer coisa, um objeto que possui forma, cor, textura etc, e em seu conteúdo pode conter narrativas atraentes e expressões que nos causam inúmeras sensações. É nesse primeiro contato que iremos realçar nossas expectativas quanto aos nossos gostos através do toque, do cheiro; sensações essas que nos acompanham desde cedo e sempre. Além do mais, a leitura também consiste nas impressões provocadas no leitor através do texto, pois um texto que naquele momento não nos faz nenhum sentido, pode amanhã suscitar nossas emoções de acordo com a condição em que estamos ou os fatores externos em que estamos envolvidos.

Nesse sentido, cabe aqui relatar um pouco sobre cada nível de leitura. O nível sensorial possibilita ao leitor ter suas primeiras impressões através do contato com o texto ou situações, tendo como referencial os sentidos, pois é através dele que traduzimos nossas preferências; isso sem a necessidade de reflexão e sim de apenas revelar nossas escolhas como, por exemplo, o livro deve conter algo de atrativo na sua aparência, preliminarmente assim nossa curiosidade ao seu conteúdo.

O nível emocional, que resulta do sensorial, leva-nos à interpretação subjetiva por se tratar de uma leitura feita com os nossos sentimentos. Nessa leitura, não nos interessam os questionamentos sobre de que trata o texto, sua função social, ou contextualidade, trata-se apenas de uma leitura dinâmica predispondo o leitor à apenas entregar-se à passividade e à alienação emocional. Esse tipo de leitura muitas vezes é vista como superficial e, por isso, inferior.

A necessidade de caracterizar nossas preferências de leitura está cada vez mais evidente, já que vivemos em um mundo que carece cada vez mais de pessoas reflexivas.

Nesse sentido, chegamos ao nível racional, que consiste na busca da interpretação correta e objetiva do texto em que os leitores participam como autônomos de suas interpretações possibilitando-os captar as relações sociais presentes no texto, ampliando assim sua capacidade de contextualizar e disponibilizando ao sujeito uma leitura própria e apta ao processo de criação.

A combinação desses três níveis apresenta-se em diferentes etapas e desta forma, abre espaços para uma predominância de cada nível. Nesse caso vale enfatizar: "... ser próprio da condição humana inter-relacionar sensação, emoção e razão, tanto na tentativa de se expressar como na de buscar sentido, compreender a si próprio e o mundo" (MARTINS, 2003. p. 77).

Esses níveis são evidenciados de acordo com as circunstâncias, expectativas e experiências na vida de cada leitor.

3 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

O Estágio Supervisionado tem sua importância por contribuir de maneira significativa na formação docente, uma vez que é o momento em que vivenciamos a ação pedagógica e acompanharmos o desenvolvimento das atividades escolares fazendo reflexões, indagações e criando formas de planejar, agir e interagir dentro dessa prática educativa.

A instrumentalização técnica e a teoria são essenciais no exercício de qualquer profissão e com a profissão docente não é diferente, uma vez que esta exige conhecimentos científicos para condicionar habilidades que possibilitem o bom desempenho do professor em sala de aula. Há de se admitir que em uma sociedade cada vez mais exigente é preciso um educador com perfil diferente, que seja um profissional eficaz e com competências necessárias para intervir de maneira significativa no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, o estágio possibilita-nos sobre a consciência de que o ato de educar necessita de uma renovação diária, pesquisas, reflexões e preparação técnica para exercer uma boa prática pedagógica e conseqüentemente compreender a importância dessa prática como forma de desenvolver nossas habilidades. Ao considerar esses fatores, o professor melhora a sua prática e compreende a importância desse aprendizado no seu processo de formação, já que um profissional eficaz está vinculado a uma formação contínua. Desse modo, Paulo Freire ressalta: "O professor que não leva a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe." (1996, p. 92). Sendo assim, o estágio contribui diretamente no processo de formação

dos educadores, já que assim os acadêmicos têm a oportunidade de vivenciar a sua área de atuação, participando, refletindo e questionando sobre a prática em sala de aula.

O estágio nos cursos de formação de professores é de fundamental importância na preparação profissional, pois tem se mostrado numa perspectiva de aproximação entre teoria e prática. A teoria, neste caso, deve ser entendida como uma condição essencial para as transformações que são imprescindíveis nas atividades didáticas e na formação docente dos graduandos. Assim sendo, os cursos de formação devem priorizar habilidades que possibilitem o bom desempenho dos eventuais professores e que, por sua vez, o domínio dessas habilidades implica na possibilidade de o próprio professor criar suas técnicas de intervenção e saber usá-las adequadamente nas várias situações que ele viverá em sala de aula.

O desenvolvimento do estágio, consiste nas observações das atividades ocorridas no âmbito escolar e, conseqüentemente, nas regências que acontecerão nas escolas-campo que tem por objetivo aproximar os alunos do cotidiano escolar, inteirando-os de sua organização pedagógica e administrativa como também dos métodos e práticas de aprendizagem desempenhado pelos professores nas instituições. Em seguida a elaboração do relatório é primordial na exposição dos resultados que foram desenvolvidos e sobre as reflexões, questionamentos e considerações acerca do estágio como processo de formação da identidade profissional docente. O estágio ainda nos leva a questionar sobre as práticas de sala de aula estabelecendo uma aproximação entre prática e teoria na construção e elaboração do conhecimento científico.

Quanto ao entendimento sobre teoria e prática, se faz necessário refletir sobre esses de forma inseparável, tais reflexões acontecem na efetivação do ensino no qual denominamos “ação” que, por sua vez, envolvem as atividades que os docentes realizam no âmbito escolar envolvendo as finalidades e objetivos que orientarão suas intervenções no coletivo. A escola abarca diferentes ações e uma diversidade de sujeitos participantes na efetivação do ensino, entretanto, o professor na maioria das vezes não tem lucidez dos objetivos que o direciona na ação docente. Por isso, a teoria aparece como instrumento clareador que nos permite investigar as práticas institucionais e as ações que envolvem os sujeitos. Nessa perspectiva, Pimenta e Lima se posicionam:

Nesse processo, o papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade. (2011. p. 43)

Considerando esses fatores, o professor melhora a sua prática e conseqüentemente compreende a importância desse aprendizado na sua formação profissional, já que o estágio nos auxilia nessa reflexão conjunta sobre esses dois procedimentos, quanto a isso Paulo Freire enfatiza: “... na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.” (1996 p.39) e, assim, assumir uma postura reflexiva e pesquisadora como professor.

O estágio muitas vezes é visto como mera “parte prática” dos cursos de formação e não como perspectiva de investigação e intervenção da vida escolar, entretanto, toda prática é bem vinda quanto à questão de fazer “algo”, porém, isto não nos dá a entender de que esta mesma prática deve ser usada como repetição de modelos prontos, e sim, a partir deles reelaborar e produzir nossos próprios métodos e concepções valorizando assim a sua formação intelectual e desenvolver o que achamos adequados e acrescentando novos conceitos quando necessário; já que, as questões metodológicas devem ser revistas e aplicadas de acordo com a realidade social e a clientela onde a prática educativa se processa.

O professor não deve resumir-se apenas ao conhecimento prático como forma de intervir nas mais diversas situações que envolvem o exercício docente, nessa questão, Pimenta e Lima advertem: “A prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática” (2011, p.37). Sendo assim, um profissional eficiente está vinculado a uma postura reflexiva, sabendo agir de acordo com as necessidades e dimensões que envolvem uma sala de aula.

Essas reflexões são provenientes dos estudos teóricos nos quais somos levados a questionar sobre a postura crítica e reflexiva do professor e tem como pretexto observar, refletir e analisar sobre o processo pedagógico, oriundo das observações e regências desenvolvidas nas escolas-campos, e assim, compreender os procedimentos que envolvem as experiências da prática pedagógica em sala de aula tais como: metodologia, relação professor/aluno, desenvoltura etc. Desse modo, ao considerar esses fatores, o estagiário compreenderá melhor o processo educativo e conseqüentemente enriquecerá a sua prática como futuro profissional.

Finalmente, o professor deve ter consciência de que o ato de educar necessita de uma renovação diária, pesquisas e preparação técnica para exercer uma boa prática pedagógica e conseqüentemente compreender a importância de sua preparação acadêmica, estudos e reflexões como subsídio no processo de formação tanto individual quanto profissional.

4 UMA VISÃO DE LEITURA A PARTIR DO ESTÁGIO

No estágio, o qual faz parte do componente curricular Estágio Supervisionado, as observações e regências na área de Língua Portuguesa são desenvolvidas no decorrer das doze aulas em que os graduandos participam.

Entendemos que o estágio deve ser visto como uma atividade que busca mostrar a realidade da sala de aula no intuito de que este funcione como objeto de reflexão, de análise e de discussão e que proporciona conhecer a realidade em que futuramente os licenciandos irão atuar. O conteúdo da observação é bastante diversificado, tais como: organização das aulas, metodologia, relação professor-aluno etc, no entanto, procurou-se se ater às observações do desempenho do professor quanto a prática da leitura em sala de aula e de como o ensino do português acontece no decorrer das aulas.

4.1 AS PROPOSTAS DE LEITURA DURANTE AS OBSERVAÇÕES

Durante o processo, foram observadas algumas práticas de leitura desenvolvidas pelos professores. Na aula do dia 12 de outubro de 2010 na turma do 9º ano do turno vespertino, a professora apresentou um texto verbo-visual intitulado ‘Crianças de rua’, no qual o tema questionava sobre crianças analfabetas e moradoras de rua. De início, ela partiu de uma conversa informal, fazendo alguns questionamentos sobre o texto, provocando a discussão sobre a importância de se estudar, se formar e buscar sempre mais conhecimentos e informações, atentando para o estudo como fator relevante na vida dos alunos. Embora o tema fosse bastante estimulante, constatou-se que a professora privilegiou habilidades voltadas na decodificação, ou seja, em uma leitura superficial que não envolvia as práticas sócio-comunicativas que são primordiais em uma interação verbal que leve os alunos a uma apropriação da leitura como prática comunicativa e social.

Ainda sobre o texto, logo após a explanação, a professora solicitou que os alunos respondessem as atividades propostas do livro didático que apresentavam uma sequência de perguntas e respostas de identificação de palavras e frases em exercício classificatório como se o texto oferecesse uma ideia pronta ou então servisse apenas de exercício para identificação de nomenclaturas, sem função e sem aspectos de uso funcional da língua.

Partindo dessa concepção, devemos considerar o estudo da língua em sua funcionalidade por ser de grande importância no desenvolvimento das capacidades e habilidades comunicativas dos alunos. Tais competências devem ser alinhadas ao trabalho

com diferentes gêneros do discurso, contrapondo ao trabalho baseado em diferentes tipos textuais e assim fazendo com que o aluno desenvolva suas habilidades interpretativas, avaliativas e funcionais sabendo argumentar, explicar etc, ou seja, tornar-se um leitor ativo e crítico. Dentre essas competências está a contextualização no sentido de relacionar o texto ao meio social em que vive o aluno, isto é, quando o texto se articula com o contexto ele cria mais significado para o leitor. Visto que segundo Bezerra (2002, p. 41):

O estudo do gênero pode ter conseqüências positivas nas aulas de português, pois leva em conta seus usos e funções numa situação comunicativa. Com isso, as aulas podem deixar de ter um caráter dogmático e/ou fossilizado, pois a língua a ser estudada se constitui de formas diferentes e específicas em cada situação e o aluno poderá construir seu conhecimento na interação com o objeto de estudo. [...]

Sendo assim, quando se estuda o português deve-se levar em conta a funcionalidade da língua, já que o aluno concentra em seu cotidiano a oralidade como forma de comunicação em diferentes usos sociais.

Em outra situação, na aula do dia 15 de setembro de 2011, o conteúdo ministrado foi sobre radicais gregos em que a professora usou a mesma metodologia nas turmas dos 1º anos E, F, G e H do turno noturno.

A professora iniciou apresentando um texto referencial intitulado ‘Neurociência’, que falava sobre os estudos relacionados a esse termo e após a explicação ela simplesmente “retirou” a palavra Neurociência do texto e fragmentou-a explicando que esta foi formada da junção dos radicais neuro + ciência = a neurociência, e, assim foi expondo outros exemplos tais como pé+moleque = a pé-de-moleque, acro+fobia= a acrofobia etc; sem nem ao mesmo dialogar sobre o texto e questionar o conhecimento prévio dos alunos.

De acordo com as inovações quanto ao ensino de Língua Portuguesa, há uma efetiva necessidade de se trabalhar com textos, uma vez que esse se apresenta como materialização das situações ocorridas nas mais diversas situações cotidianas e que conseqüentemente inspiram para a moção de habilidades interpretativas, avaliativas e funcionais do sujeito em circulação social. Entretanto, o que ainda ocorre nas escolas é um ensino voltado para um caráter reducionista, partindo de métodos compostos por estudo de uma gramática fragmentada e de frases e palavras isoladas, fora do texto e do contexto como se tivessem vida própria e apresentassem sentido fora dele.

Quanto a isso, os documentos oficiais propõem um ensino de língua portuguesa, tendo por base o uso de textos na consolidação dessas competências e habilidades que serão futuramente utilizadas pelos alunos, visto que:

Os textos são a concretização dos discursos proferidos nas mais variadas situações cotidianas. O ensino e a aprendizagem de uma língua não podem abrir mão dos textos, pois estes, ao revelarem usos da língua e levarem as reflexões, contribuem para a criação de competências e habilidades específicas. (PCNEM, 2008, p. 58)

Portanto, ela não buscou contextualizar e nem levou em conta as capacidades comunicativas dos alunos no sentido de relacionar o texto ao meio social sendo que este, quando se articula com o contexto, cria mais significado para o aluno.

Percebeu-se então que a abordagem do conteúdo foi feita através de explicações orais dos conceitos e das palavras descontextualizadas através de uma gramática antiquada e sem nenhum propósito para a aprendizagem efetiva dos alunos. De fato, o conhecimento dos radicais gregos é de indiscutível relevância para a compreensão das inúmeras palavras existentes em nosso léxico, no entanto, os artifícios utilizados pela professora pouco contribuem no processo de assimilação dos alunos.

Esses equívocos ocorrem devido a uma concepção de que a eficácia comunicativa e textual acontece a partir de conhecimentos específicos de gramática de combinações de ordem gramatical, flexional e de concordância, como aponta Antunes, (2007, p. 41):

Para ser eficaz comunicativamente, não basta, portanto, saber apenas as regras específicas da gramática, das diferentes classes de palavras, suas flexões, suas combinações, a ordem de sua colocação nas frases, seus casos de concordância, entre outras. Tudo isso é necessário, mas não suficiente.

Assim sendo, quando se estuda o português deve-se levar em conta o uso funcional da língua que deve estar voltado no atendimento ao aluno para as convenções sociais que ele irá vivenciar e nas diferentes situações de uso social.

Colaborando com essas afirmações sobre o estudo equivocado da gramática tradicional, Bagno (2007, p. 66) assim se posiciona:

Ora, a língua não se manifesta nem em palavras soltas nem em frases isoladas e descontextualizada. Toda e qualquer manifestação da linguagem, falada ou escrita, é necessariamente, invariavelmente, inevitavelmente um texto.

Desse modo, o uso do texto como unidade básica de ensino da Língua Portuguesa é mais satisfatório, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades discursivas do aluno.

Em outra observação ocorrida na aula do dia 22 de setembro de 2011 nas turmas dos 1º anos E, F, G e H do turno noturno, a professora trabalhou o gênero cordel com os alunos. Esse trabalho com o cordel fazia parte de um projeto pedagógico sugerido pela própria professora nas turmas em que ela lecionava. A finalidade do projeto era fazer com que os alunos elaborassem alguns cordéis com os temas propostos por ela e na culminância haveria a confecção de um livro com os melhores cordéis e depois aconteceria a apresentação desses cordéis feitos pelas turmas para toda a escola.

No momento em que aconteciam as aulas, a professora explicava a metodologia do projeto. O procedimento acontecia da seguinte forma: ela solicitava que os alunos trouxessem exemplos de folhetos de cordel e pesquisas sobre os temas propostos e a cada turma ela sugeria um tema que era dos mais variados tais como: o lixo, doenças pulmonares, doença da próstata e a saúde da mulher. No decorrer da aula, a professora leu o cordel elaborado por ela e, em seguida, ressaltou a importância do mesmo como forma de expressão da cultura popular e explicou também como esse é estruturado; em seguida, solicitou que os alunos tentassem elaborar alguns versos, no entanto, uns conseguiram e outros até tentavam, porém sem sucesso. Em um momento de conversa informal com a professora, questionei o porquê dela utilizar esse gênero; contudo, ela me respondeu enfatizando que a escolha do gênero aconteceu devido à aproximação destes com a realidade dos alunos como também de conscientizá-los.

De acordo com Buzen, (2006, p. 155) segundo a seleção de gêneros, é preciso considerar que:

A escolha de um gênero, segundo Bakhtin, é determinada em função da especificidade da esfera de produção em que ocorre a comunicação verbal, pelas necessidades de uma temática e do conjunto constituído de participantes.

O Cordel sendo uma arte popular que exalta a cultura do povo nordestino e que possui uma forma bastante simples de proporcionar informação e entretenimento poderia ser trabalhado de forma mais dinâmica para emocionar, entreter e até informar de maneira inteligente sobre os mais variados assuntos que saem da própria visão que o autor tem de sua

região, país, contexto etc. Com suas histórias pitorescas, o cordel sempre reuniu um vasto público de leitores que fascinavam-se com as vantagens, tristezas ou alegrias contadas pelos poetas populares. Sendo assim, o uso desse gênero poderia ter sido melhor aproveitado como uma forma de tornar a aula mais atrativa proporcionando uma leitura prazerosa instigando o prazer e o lazer e que certamente envolveria um número bastante significativo de leitores participantes.

Outra característica forte do cordel são os temas polêmicos que são representados nos folhetos tais como: a política, a miséria, a disputa de classes sociais, as consequências ambientais, entre outros; e proporciona aos jovens e adultos quanto a uma racionalização do mundo à sua volta.

Partindo dessa concepção de gênero, devemos levar em conta que é de grande importância no desenvolvimento das capacidades comunicativas dos alunos e seu uso depende da utilização e valorização dos modos de produção, de circulação e também de conhecimento de seus usos e funções sociais da escrita; além de desenvolver as capacidades específicas para ler, escrever e analisar criticamente. Desta forma, as aulas de português podem deixar de ser uma mera prática de repetições e questionamentos sem recepção e fundamento para os alunos.

Sobre a visão de mudança quanto ao estudo da língua portuguesa é notável as ações promovidas pelas instituições governamentais dentre as quais está os documentos oficiais que já priorizam o estudo da língua em sua dimensão interacional relacionada a sua funcionalidade e reflexão como nos mostra os próprios documentos:

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral. (PCNEM, 2000, p. 18)

Em nenhum instante da observação, presenciou-se o estudo da gramática contextualizada através de textos, de apresentações de aulas seguindo a perspectiva enunciativo-discursiva e nem tão pouco aulas envolvendo o incentivo da leitura, a não ser para fins de exercícios de identificação de palavras e frases e com pretensões de notas.

4.2 AS PROPOSTAS DE LEITURA DURANTE A REGÊNCIA

Na regência, o professor supervisor do estágio sempre nos orientava quanto às inovações sobre o ensino do português para uma nova perspectiva de estudo contextualizado voltado para o desenvolvimento das competências comunicativas do aluno, que conseqüentemente seria aplicado nas práticas sociais e no trabalho.

Sendo assim, nas intervenções durante a regência, procuramos desenvolver essa perspectiva de uso do texto como unidade básica para efetivação e ocorrência no ensino do português.

Em uma das intervenções, no dia 07 de abril de 2011 na turma do 9º ano procuramos relacionar o conceito de verbo com o uso de um texto que, neste caso, foi uma sinopse, no qual todos expressaram o desconhecimento desse gênero; então, expliquei o significado deste e a sua funcionalidade. Partindo dessa sinopse, tiramos algumas frases e discutimos com os alunos sobre o conceito de verbo e suas classificações; desta forma a aula tornou-se bem proveitosa, uma vez que a turma mostrou-se bastante participativa fazendo questionamentos e tirando suas próprias conclusões.

No que se refere ao ensino da Língua Portuguesa, algumas das inovações assumidas pelos PCN seria a implementação da noção bakhtiniana de gênero do discurso como objeto de ensino em uma perspectiva enunciativa/discursiva e o uso do texto como unidade básica de ensino da Língua Portuguesa, além de efetiva necessidade de se trabalhar com diversidades textuais, principalmente os de circulação social, ao invés de se usar um prototípico textual, possibilitando ao aluno uma progressão curricular mais diversificada contemplando-os no decorrer das séries. Quanto a isto, Rojo (2000, p. 151) enfatiza:

[...] há de se considerar a necessidade de se tornar conceitos e noções, bem como de se eleger unidades de ensino/aprendizagem que permitam que os pressupostos assumidos se concretizam em possibilidades de ações pedagógicas. A eleição do texto como unidade básica de ensino, bem como da noção bakhtiniana de gêneros do discurso como articuladora do trabalho em Língua Portuguesa (doravante LP), tal como efetivada pelos PCNs, é uma dessas possibilidades de concretização[...]

Em outro momento da regência no dia 19 de abril de 2012 na turma do 1º ano, apresentamos o conteúdo sobre acentuação gráfica das paroxítonas. Para essa aula usamos o gênero charge no qual ilustra-se abaixo, em que nele questionava-se a palavra ‘jiboia’ com ou

sem acento. A partir da charge, desenvolvemos a discussão sobre o gênero, quais os elementos que caracterizam esse gênero e a sua funcionalidade.



As discussões desenvolveram-se em questões do tipo: “Qual é o conhecimento prévio necessário para que o leitor entenda essa charge?” e “O que causou a dúvida com relação à palavra “jiboia”?”; então, fomos discutindo e indagando juntamente com os alunos sobre as questões que envolviam o texto e dessa forma os alunos faziam suas próprias conclusões e inferências sobre o texto e sobre a própria gramática normativa de forma consistente e suficiente para a aprendizagem.

Quanto ao estudo dos gêneros textuais, é de fundamental relevância como esboço na formação das habilidades e competências comunicativas do aluno, sendo que tais competências devem ser alinhadas ao trabalho com diferentes tipos textuais e assim fazendo com que o aluno desenvolva suas habilidades interpretativas, avaliativas e funcionais sabendo argumentar explicar etc, ou seja, tornar-se um leitor ativo e crítico nas práticas sociais viventes.

Apesar de tentar trabalhar usando a contextualização, a professora contestou a regência dizendo que deveríamos trabalhar com conceitos concretos, ou seja, escrever na lousa o conceito e as classificações, já que os alunos precisavam de “assunto” para uma possível avaliação.

Todavia, isso deixou-me um pouco frustrada, já que queríamos tornar aula um pouco mais discursiva e atraente, uma vez que em uma concepção de aula expositiva devemos considerar o aprendizado em uma perspectiva dialógica quanto à prática educativa e, dessa forma, a aprendizagem acontece de forma democrática onde todos participam na construção do conhecimento. Segundo Antônia Osima Lopes (1991, p. 40): “Nessa perspectiva, a aula expositiva pode-se perfeitamente assumir um caráter transformador por intermédio da troca de experiência entre professor e alunos, numa relação dialógica”.

Visto que uma atividade de construção de sentido acontece principalmente por meio da interação e das práticas de oralidade intermediada por textos escritos, a visão de mudança quanto às atividades de leitura já prioriza o estudo voltado numa perspectiva funcional e

reflexiva. Essa perspectiva se reorganiza através da necessidade de atender o alunado inserido no ensino regular e da alta demanda tecnológica, da grande ampliação dos meios de comunicações, das convenções sociais por eles vividas e, sobretudo, da necessidade de melhorar a qualidade do ensino.

A ênfase maior dessas mudanças seria a de priorizar o domínio da leitura e da escrita pelo educando, empregando o ensino de Língua Portuguesa nos possíveis usos da linguagem e assim, desenvolver as habilidades comunicativas, linguísticas e discursivas dos alunos através da interação e das situações que envolvem diferentes situações discursivas visto que, de acordo com Antunes (2003, p. 67): “O leitor como um dos sujeitos da interação, atua participativamente, buscando recuperar, buscando interpretar e compreender o conteúdo e as intenções pretendidas pelo autor”. Sendo assim, o desenvolvimento dessas habilidades deve ser alinhado a diferentes circunstâncias de interlocução contrapondo com um trabalho baseado em diferentes tipos textuais.

A exposição dos alunos a variados tipos de textos significa uma ampliação dessa competência linguística como também, da possibilidade de ampliação de uma linguagem formal que conseqüentemente irá ser cobrada futuramente aos estudantes, haja vista que, representa um símbolo de valor histórico o qual não pode ser negado a eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tratarmos o tema da leitura na escola, é de fundamental importância expor que ela corrobora na organização do conhecimento, nas relações de experiência e na proporção da consciência reflexiva do aluno sobre tudo o que acontece a sua volta.

No entanto, as visões da prática de leitura levam-nos a entender que essa ainda acontece de maneira superficial com métodos mecânicos de apenas responder questões objetivas, sem reflexão e sem tratar o aluno como sujeito ativo e participante da construção do conhecimento que é primordial para o crescimento social e integral do mesmo.

Assim sendo, entendemos que ser professor de Língua Portuguesa é muito mais que seguir regras e nomenclaturas, pois o que realmente importa é o bom uso da linguagem e suas variadas funções. Segundo ressalta Antunes (2007, p.146): “Certamente, muita coisa haverá de mudar na escola se a dimensão mais ampla e mais funcional de linguagem for, de fato, o centro do ensino de línguas”.

Apesar disso, ainda existe um equívoco do estudo da gramática normativa que ainda é usada por meio de nomenclaturas de forma inconsistente e insuficiente para os usos formais do sujeito na sociedade mesmo depois de tantos estudos e referências sobre as novas concepções do uso do texto em sala de aula e de um estudo voltado em uma perspectiva funcional da língua. Percebe-se também que o ensino do português requer uma predisposição e determinação por parte das políticas públicas e das instituições educacionais em querer transformar o processo educativo, e, sobretudo, dos professores que diretamente intervêm no processo de ensino em sala de aula, isso significa dizer que o ensino do português corresponde a uma ação planejada, fundamentada e conjunta para obtenção de uma formação humana consciente e completa.

Porém, sabemos que, na prática, as dificuldades são grandes perto da dimensão que envolve o processo educativo que está condicionado historicamente ao estudo das normas gramaticais. Todavia, entendemos que, através dos objetivos, métodos e formas de organização; a escola pode e deve incorporar o estudo do português relacionado às competências e habilidades voltadas para a cidadania e que esta concepção deve ser refletida de forma consciente e crítica com o intuito de ajudar o estudante a compreender linguisticamente o uso funcional e social da língua e aperfeiçoar suas competências comunicativas e isso só será possível com a adoção de textos como unidade básica do ensino da Língua Portuguesa.

ABSTRACT

In this article, we intend to analyse some topics related to reading as a method of interaction and intellectual and linguistic acquisition. In this work, we intend to analyse some reflections on reading in teaching process, taking into account theory approaches that point out language studies and its functionality and thoughts to better reading classes. In this way, we based our discussion on theory approaches by Antunes (2003), Lajolo (1993), Pimenta (2011), Bagno (2007), Buzen and Mendonça (2006), Dionísio and Machado (2002), among other authors who discuss about the theme and also the official documents on Portuguese Language such Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000 e 2008). Those implications were analysed through data collected on Portuguese language classes' observations and regency, at public schools in Guarabira-PB, data that is a result of the discipline Estágio Supervisionado, from de course of Letras, in UEPB. In this perspective, we looked to point out that reading still presents some difficulties in which concerns students' linguistic and communicative abilities.

Keywords: Reading. Practicing. Reflection.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.
- ANTUNES, Irandé. *Muito Além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Por uma reeducação sociolingüística IN_____ Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BUZEN, Clécio. MENDONÇA, Márcia. *Português no ensino médio e a formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- PCN+ Ensino Médio: Orientações Curriculares Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Linguagem, Código e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2008.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva. MACHADO, Anna Rachel. BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.
- LOPES, Antonia Osima. Aula Expositiva: Superando O Tradicional. In VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Técnicas de Ensino: Por que não?* Campinas, SP: Papirus, 1991. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria do Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROJO, Roseane. (Org.) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

